



# Prefeitura Municipal de Sento Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

## ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

### EDITAL DE LICITAÇÃO

#### EXCLUSIVO

#### PREGÃO ELETRÔNICO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTO SÉ - BAHIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2024**

**(Processo Administrativo n.º 060/2024)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Sento Sé - Bahia, por meio do Pregoeiro Municipal, sediado na Praça Dr. Juvêncio Alves, s/nº, Cidade: Sento Sé - Bahia - CEP: 47.350-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, de 01 de Abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e demais normas pertinentes, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS** – As propostas iniciais deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte **ENDEREÇO** – [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

#### **LIMITE:**

Data: 13/09/2024.

Horário: 08 Horas:00 Minutos.

#### **INÍCIO DA DISPUTA:**

Data: 13/09/2024.

Horário: 09 Horas:00 Minutos.

### **1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa e/ou pessoa física para prestação de serviços de transporte escolar para os alunos do ensino médio rede pública estadual, residentes na Zona Rural do Município de Sento Sé - Bahia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. O custeio dos gastos provenientes do objeto licitado aviado por meio do procedimento administrativo de nº 060/2024, e ainda que a referida contratação, tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual (LOA) e compatibilidade com o plano plurianual (PPA) e com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), nos termos da proposta apresentada pelos convidados e conforme dotação orçamentária descritas abaixo:

Órgão: 02.05.

Proj/Atividade: 2009.

Elemento de Despesa: 3390.39.00 / 3390.36.00.

Fonte: 1500.1001 / 1569.0000 / 1571.0000 / 1572.0000.

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas, pessoa física e ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema, implica na responsabilidade do licitante, ou de seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

### **4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes



## Prefeitura Municipal de Sento Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

#### **5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

5.1. A participação neste Pregão **é exclusiva a pessoa física, microempresas e empresas de pequeno porte**, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

5.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

5.5.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

5.6. É vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

5.7. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

5.8. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

- 5.8.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 5.8.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 5.8.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 5.8.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.8.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.8.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.8.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 5.8.8. Declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

#### **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.8. O Pregoeiro poderá solicitar do licitante melhor classificado que apresente dentro do prazo de 02 (duas) horas a composição dos custos, conforme modelo no anexo III.1, para o(s) item(ns) ao(s) qual(is) foi(ram) declarado(s) vencedor(es), sob pena de desclassificação em caso de não apresentação, sendo que a(s) composição(ões) será(ão) analisada(s) pela área técnica. Apresentação deste documento, visa impedir e assegurar que as empresas ofertem valores inexequíveis ou abaixo de preço de mercado, para que possa assegurar à prestação de serviço durante a vigência contratual, e assim não comprometer a execução dos serviços previstos na licitação.
- 6.9. A Planilha de composição de Preços Unitários (CPU), tem base legal conforme estabelecido no acórdão nº 2.341/2020, Plenário/TCU, independente do critério de julgamento, de acordo com o anexo III.1 deste edital, para aferição a legalidade e exequibilidade da proposta, ou até mesmo em caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço.
- 6.10. O Lucro líquido máximo não poderá exceder ao percentual de a 32,00% (trinta e dois por cento), sob pena de desclassificação;

#### **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.2. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional.
- 7.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

7.6. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §2º do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei n. 14.133/21 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

7.8. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

7.9. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

7.10. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

7.11. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

7.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.14. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.15. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.16. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.17. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. A proposta cadastrada no sistema eletrônico será desclassificada contendo identificação do licitante, portanto o arquivo enviado em anexo ao sistema deverá ser identificado.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



## Prefeitura Municipal de Sento Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

- 8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.9. O lance deverá ser ofertado pelo Menor Preço Por Item.
- 8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Hum centavos).
- 8.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.15. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos, e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.17. Encerrada a fase competitiva, sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.22. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.24. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.25. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.26. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente, em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.27. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.28. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.29. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

8.30. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.1333, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.30.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.30.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

8.30.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.30.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

8.31. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.31.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.31.2. empresas brasileiras;

8.31.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.31.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009;

8.32. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.33. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.34. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.35. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços o pregoeiro poderá solicitar ao licitante vencedor Planilha de Custos e Formação de Preços, que deverá a ser preenchida em relação à sua proposta.

9.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços poderá ser solicitada e encaminhada junto com a proposta de preços pelo licitante exclusivamente via sistema, que deverá estar incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, e será analisado pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

9.4. A inexecuibilidade dos valores referentes à Proposta de Preço não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

9.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

9.5.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

9.5.2. Contenha vício insanável ou ilegalidade;

9.5.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

9.5.4. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

9.6. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

9.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

9.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

9.14. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise do Pregoeiro, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e executabilidade da proposta.

9.15. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.16. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (Vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.17. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.18. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

9.19. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

9.20. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação.

9.21. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

9.22. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.23. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.24. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.25. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.26. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.27. Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.28. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica, poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.5. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.1.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.1.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.1.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.1.11. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.1.12. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **11.1. Habilitação jurídica – Pessoa Jurídica:**

11.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

11.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.1.8. No caso de exercício de atividade acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação vigente.

11.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### **12.1. Habilitação jurídica e Regularidade fiscal e trabalhista – Pessoa Física:**

12.1.1. Cópia autenticada do CPF – Cadastro da Pessoa Física;

12.1.2. Cópia autenticada da Cédula de Identidade (RG);

12.1.3. Comprovante de residência atualizado;



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

- 12.1.4. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da pessoa física que ora se habilita para este certame;
- 12.1.5. Cópia da Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;
- 12.1.6. Certidão **unificada** de regularidade de **débito previdenciário**, com a Secretaria da Receita Federal e com a **Procuradoria da Fazenda Nacional**;
- 12.1.7. Certidão negativa de **débitos trabalhistas (CNDT)**.

#### **13.1. Regularidade fiscal e trabalhista – Pessoa Jurídica:**

- 13.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 13.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 13.1.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 13.1.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 13.1.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 13.1.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- 13.1.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
  - 13.1.7.1 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 13.1.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### **14.1. Qualificação Econômico-Financeira – Pessoa Jurídica:**

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da Pessoa Física, conforme o caso. A data de expedição da certidão deverá ser de até 30 (trinta) dias antes da data de entrega do envelope de Habilitação;
  - a.1.) Caso o licitante encontre-se em recuperação judicial, admite-se a participação, em licitações, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, na forma do Acórdão TCU – Plenário – 1201/2020;
- b) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
  - b.1) As empresas que adotam o Livro Diário, na forma física, deverão apresentar os Balanços Patrimoniais e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios extraídos dos próprios Livros Diários, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento do mesmo, contendo a assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa e ainda, registrado ou o requerimento de autenticação na Junta Comercial competente;
  - b.2) As empresas que adotam o SPED (Sistema Público Escrituração Digital) deverão apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, extraídos do próprio sistema digital (SPED), acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento dos mesmos e termos de autenticação ou recibos de entrega de escrituração contábil digital (conforme Decreto Federal nº 8.683/16), preferencialmente vistados em todas as páginas pelo representante legal da empresa;
  - b.3) Os Balanços Patrimoniais referentes aos últimos exercícios sociais serão aceitos somente até 30 de abril do ano subsequente;



## Prefeitura Municipal de Sento Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

- b.4) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.6) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, devidamente registrado na Junta Comercial competente;
- b.7) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- b.8) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- b.9) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, tendo como previsão legal § 5º do art. 69 da Lei 14.133/21, assim justificamos <sup>1</sup>:

LG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
SG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
LC =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

- b.10) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (Hum por cento) do valor estimado da contratação ou do item e/ou lote pertinente, de acordo o tipo de julgamento da licitação.
- c) O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

#### **15.1. Qualificação Técnica – Pessoa Jurídica:**

15.1.1. Comprovação de aptidão técnico da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa prestou os serviços satisfatoriamente, compatíveis em características, ao objeto desta licitação e que os termos contratuais estão sendo ou foram cumpridos integralmente, ficando facultado ao licitante juntar a(s) nota(s) fiscal(is) atestando a veracidade do(s) devido(s) atestado(s). 14.1.1.1) Caso o(s) licitante(s) não comprove no momento do certame a veracidade(s) do(s) atestado(s), o pregoeiro poderá solicitar diligência de acordo com o inciso I do art. 64, da Lei 14.133/21.

#### **16.1. Informações complementares:**

- 16.1.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso I do artigo 63 da Lei nº 14.133, de 2021) - (ANEXO V).
- 16.1.2. Declaração de Fatos Impeditivos - (ANEXO VI).
- 16.1.3. Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal - (ANEXO VII).
- 16.1.4. Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 - (ANEXO VIII).
- 16.1.5. Declaração de Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência – (ANEXO IX).
- 16.1.6. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas – (ANEXO X).

<sup>1</sup> Em atendimento aos índices estabelecidos no Edital demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato. Ante o exposto, a exigência do Edital nada mais fez que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação EQUILIBRADA é o mínimo que o MUNICÍPIO deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato. Portanto, a adoção dos índices não viola o caráter competitivo do certame, uma vez que não se vinculam à rentabilidade ou lucratividade dos licitantes, prestando-se tão somente à aferição da equilibrada situação financeira, constituindo-se em segurança para o MUNICÍPIO na futura execução do contrato, sendo compatíveis com a complexidade exigida no objeto.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

16.1.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

16.1.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

16.1.9. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

16.1.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e, uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

16.1.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

16.1.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

16.1.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

16.1.14. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

16.1.15. O licitante provisoriamente vencedor do item, que estiver concorrendo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

16.1.16. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

16.1.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

#### **17.1. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

17.1.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 24 (Vinte e quatro) horas, cabendo ao pregoeiro a prerrogativa em solicitar a Planilha de custos onde deverá ser preenchida em relação à sua proposta e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

17.1.2. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

17.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.1.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos, e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada, essas informações deverão constar, obrigatoriamente, no campo de Informações do formulário da proposta do sistema eletrônico e na proposta escrita.

17.1.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (inciso II do art. 12º da Lei nº 14.133/21).

17.1.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

17.1.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

17.1.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

17.1.10. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

#### **18.1. DOS RECURSOS**

18.1.1. Declarado o vencedor, e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (Dez) minutos (artigo 40, Instrução Normativa SEGES nº 73/2022,) para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

18.1.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

18.1.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

18.1.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

18.1.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias consecutivos para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias consecutivos, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.1.6. O acolhimento do recurso invalida, tão somente, os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.1.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### **19.1. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

19.1.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.1.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.1.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.1.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

19.1.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### **20.1. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

20.1.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

#### **21.1. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DE PARTICIPAÇÃO**

21.1.1. O gestor do contrato poderá exigir garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a vigência do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação.

21.1.1.1. A garantia de contrato caso seja exigida deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, contados da assinatura do contrato.

21.1.1.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação poderá ocorrer, no prazo máximo, até a data de assinatura do contrato.

21.1.1.3. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços.

21.1.2. O licitante deverá apresentar conforme art. 96, da Lei 14.133/2021, nas mesmas modalidades previstas no art. 121, § 3º, inciso I, desta Lei, limitada a 1% do valor estimado do objeto da Licitação, fica estabelecida a garantia inicial



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

da concorrente, no valor de 1% (Hum por cento) do valor máximo de cada item da contratação, a ser recolhida a favor da Prefeitura Municipal de Sento Sé/BA, nas condições estabelecidas: a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; b) Seguro-garantia; c) Fiança – bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total; e) Os valores das garantias de cada itens são: Item 01 - R\$ 517,04 (Quinhentos e dezessete reais e quatro centavos), Item 02 - R\$ 289,92 (Duzentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos), Item 03 - R\$ 618,97 (Seiscentos e dezoito reais e noventa e sete centavos), Item 04 - R\$ 145,08 (Cento e quarenta e cinco reais e oito centavos), Item 05 - R\$ 117,09 (Cento e dezessete reais e nove centavos), Item 06 - R\$ 291,04 (Duzentos e noventa e um reais e quatro centavos), Item 07 - R\$ 119,52 (Cento e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), Item 08 - R\$ 207,96 (Duzentos e sete reais e noventa e seis centavos), Item 09 - R\$ 299,75 (Duzentos noventa e nove reais e setenta e cinco centavos), Item 10 - R\$ 163,85 (Centos sessenta três reais e oitenta cinco centavos), Item 11 - R\$ 381,24 (Trezentos e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos), Item 12 - R\$ 428,64 (Quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos), Item 13 - R\$ 398,60 (Trezentos noventa e oito reais e sessenta centavos), Item 14 - R\$ 398,60 (Trezentos noventa e oito reais e sessenta centavos), Item 15 - R\$ 468,83 (Quatrocentos e sessenta e oito reais oitenta e três centavos), Item 16 - R\$ 84,21 (Oitenta e quatro reais e vinte e um centavos), Item 17 - R\$ 323,67 (Trezentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos); f) A devolução da garantia para os licitantes declarados inabilitados será feita após o julgamento da habilitação, inclusive esgotados os prazos recursais.

#### **22.1. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

22.1.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

22.1.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

22.1.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

22.1.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

22.1.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

22.1.6. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

22.1.7. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

22.1.8. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

22.1.9. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

22.1.10. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

22.1.11. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

22.1.12. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (Cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

22.1.12. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

#### **23.1. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

23.1.1. Os critérios de reajuste e repactuação estão previstos no Termo de Referência.

#### **24.1. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

24.1.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

#### **25.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

25.1.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

#### **26.1. DO PAGAMENTO**

26.1.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

#### **27.1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

27.1.1. As infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, estão previstos no Termo de Referência.

#### **28.1. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

28.2. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

28.3. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica no sistema BLL Compras, ou pelo e-mail [licitacao.pmsseba@gmail.com](mailto:licitacao.pmsseba@gmail.com), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Praça Dr. Juvêncio Alves, s/nº, Cidade: Sento Sé - Bahia - CEP: 47.350-000.

28.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

28.5. Acolhida a impugnação e esta impactar na reformulação das propostas, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

28.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

28.7. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

28.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

28.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

28.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

28.11. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sistema sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

28.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

#### **29.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

29.2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

29.3. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

29.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

29.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

**PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10**

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

29.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início, e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

29.11.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

29.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

29.13. A o órgão, poderá revogar este Pregão Eletrônico por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

29.13.1. A anulação do Pregão Eletrônico induz à extinção do contrato.

29.13.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

29.14. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão Eletrônico, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

29.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://doem.org.br/ba/sentose>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

29.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Termo de Referência

ANEXO III – Modelo de proposta de preço

ANEXO IV – Minuta de contrato

ANEXO V - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso I do artigo 63 da Lei nº 14.133, de 2021)

ANEXO VI – Modelo de declaração de Fatos Impeditivos

ANEXO VII – Modelo de declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal

ANEXO VIII – Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021).

ANEXO X – Modelo de Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

Sento Sé/BA, 28 de Agosto de 2024.

Manoel Pedro dos Santos Filho  
**PREGOEIRO OFICIAL**



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

## **ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**



**Unidade Requisitante**  
Secretaria Municipal de Educação

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



### **DIAGNÓSTICO INICIAL E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

#### **Diagnóstico Inicial e Necessidade da Contratação para Prestação de Serviços de Transporte Escolar para os Alunos do Ensino Médio da Rede Pública Estadual, Residentes na Zona Rural do Município de Sento Sé – Bahia.**

A educação é um direito fundamental e essencial para o desenvolvimento de qualquer sociedade. No Município de Sento Sé, localizado no estado da Bahia, esse direito deve ser assegurado a todos os alunos, independentemente de sua localização geográfica. A zona rural do município enfrenta desafios importantes para garantir que os alunos do ensino médio tenham acesso contínuo e eficiente à educação pública. Esse diagnóstico inicial tem como objetivo identificar as necessidades e incluir a contratação de serviços de transporte escolar para esses estudantes, garantindo seu direito à educação e contribuindo para a redução das desigualdades educacionais.

A população residente na zona rural de Sento Sé é caracterizada por sua dispersão geográfica, o que dificulta o acesso dos alunos às escolas da rede pública estadual localizadas nas áreas urbanas. Muitos estudantes enfrentam longas distâncias e dificuldades de transporte, o que resulta em altas taxas de absenteísmo e, conseqüentemente, no aumento da evasão escolar. Sem um transporte escolar adequado, os alunos são obrigados a percorrer caminhos inseguros, muitas vezes a pé, em estradas precárias e sujeitas a condições climáticas adversas. O acesso ao transporte escolar não apenas facilita a frequência dos alunos às aulas, mas também impacta diretamente na qualidade da educação recebida. Estudantes que chegam à escola de maneira segura e pontual têm maior probabilidade de se manterem motivados e envolvidos em suas atividades escolares. Além disso, o transporte adequado reduz a preocupação das famílias quanto à segurança de seus filhos, permitindo que os alunos se concentrem exclusivamente em seus estudos. A contratação de serviços de transporte escolar é, portanto, uma medida crucial para promover a equidade educacional e garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem.

A ausência de um sistema de transporte escolar eficiente na zona rural de Sento Sé pode agravar ainda mais as disparidades educacionais existentes entre as áreas urbanas e rurais. A falta de transporte limita bastante o acesso dos alunos a recursos educacionais essenciais, como bibliotecas, laboratórios e atividades extracurriculares, que são fundamentais para um desenvolvimento acadêmico completo. Desta forma, a contratação de serviços de transporte escolar é imprescindível para garantir que os alunos da zona rural possam usufruir dos mesmos benefícios e oportunidades que seus colegas da área.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

Além dos benefícios diretos aos alunos, a implementação de um serviço de transporte escolar eficiente contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região. A garantia de acesso à educação de qualidade é um fator determinante para o desenvolvimento de capital humano qualificado, capaz de promover o crescimento econômico local. Alunos que têm acesso contínuo à educação estão mais bem preparados para ingressar no mercado de trabalho e contribuir para a economia local, reduzir, assim, a pobreza e melhorar a qualidade de trabalho.

A contratação de serviços de transporte escolar deve ser pautada por critérios de eficiência, segurança e sustentabilidade. É essencial que os veículos utilizados estejam em conformidade com as normas de segurança e manutenção, garantindo a integridade física dos alunos durante as trajetórias. Além disso, a logística de transporte deve ser bem personalizada, considerando as rotas mais seguras e eficientes, minimizando o tempo de deslocamento e otimizando os recursos disponíveis. A sustentabilidade também deve ser considerada, com a utilização de veículos que atendam às normas ambientais, econômicas e de impacto ecológico.

Outro aspecto relevante é a capacitação dos motoristas e monitores que atuam no transporte escolar. Esses profissionais devem ser treinados não apenas para dirigir os veículos com segurança, mas também para lidar com os alunos de maneira adequada, promovendo um ambiente seguro e acolhedor durante o trajeto. A formação contínua desses profissionais.

A participação da comunidade e das famílias dos alunos é um fator determinante para o sucesso do programa de transporte escolar. É essencial que as famílias estejam envolvidas no processo, compreendendo a importância do transporte escolar e colaborando para o seu bom funcionamento. A comunicação constante entre a gestão do transporte, nas escolas e nas famílias permite a identificação rápida de problemas e a implementação de soluções adequadas, garantindo a continuidade e a qualidade.

Para viabilizar a contratação dos serviços de transporte escolar, é necessário um planejamento financeiro robusto e uma alocação de recursos adequada. O município deve procurar parcerias e fontes de financiamento, sejam elas governamentais, privadas ou de organizações não governamentais, que possam contribuir para a melhoria e manutenção do serviço. A transparência na gestão dos recursos e a prestação de contas à comunidade são essenciais para garantir a confiança e o apoio.

A avaliação contínua do serviço de transporte escolar é fundamental para garantir sua eficácia e identificar áreas que serão alvo de melhorias. Através de indicadores de desempenho, como a frequência escolar, a redução do absenteísmo e a satisfação dos alunos e famílias, é possível monitorar o impacto do transporte na educação dos estudantes da zona rural. Essas avaliações devem ser realizadas periodicamente e os resultados usados para ajustar e aprimorar o serviço, garantindo que atenda às necessidades dos alunos.

Em suma, a contratação de serviços de transporte escolar para os alunos do ensino médio da rede pública estadual, residentes na zona rural de Sento Sé, é uma medida essencial para garantir o acesso à educação de qualidade e promover a equidade educacional no município. A implementação de um sistema de transporte seguro, eficiente e sustentável contribui não apenas para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, mas também para o crescimento socioeconômico da região. O envolvimento da comunidade, a capacitação dos profissionais e a gestão transparente dos recursos são elementos-chave para o sucesso dessa iniciativa, que tem o potencial de transformar a realidade educativa.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***



#### **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A presente contratação encontra-se assegurada na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente ano.



#### **REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO**

A contratação de serviços de transporte escolar para os alunos do ensino médio da rede pública estadual, residentes na zona rural do Município de Sento Sé, Bahia, devem ser pautadas por critérios rigorosos para garantir a qualidade, segurança e eficiência do serviço. Primeiramente, é essencial que a empresa contratada possua veículos adequados e em conformidade com as normas de segurança determinadas pelos órgãos competentes. Os veículos devem estar em perfeito estado de conservação e manutenção, equipados com cintos de segurança, dispositivos de acessibilidade para alunos com mobilidade reduzida, além de estarem devidamente identificados como transporte escolar.

Além da conformidade dos veículos, a empresa deve demonstrar capacidade organizacional para executar as rotas de transporte. Isso inclui o tempo de deslocamento dos alunos, otimizando os recursos e garantindo a pontualidade no horário escolar. A empresa deve possuir experiência comprovada na prestação de serviços de transporte escolar, com histórico positivo de atuação em municípios com características semelhantes às de Sento Sé. A capacidade de resposta a emergências e imprevistos durante o trajeto também é um fator determinante na avaliação da empresa contratada.

Outro requisito fundamental é a qualificação dos profissionais envolvidos na prestação do serviço. Os portadores deverão possuir carteira de habilitação adequada para condução de veículos escolares, além de serem submetidos a treinamentos específicos em direção defensiva, primeiros socorros e atendimento a crianças e adolescentes. É igualmente importante que a empresa disponibilize monitores para acompanhar os alunos durante a trajetória, garantindo a segurança e o bem-estar dos alunos. Esses monitores devem ser capacitados para lidar com situações de emergência e promover um ambiente seguro e acolhedor dentro do veículo.

A transparência e a comunicação eficaz entre a empresa contratada, a administração municipal, as escolas e as famílias dos alunos são essenciais para o sucesso do serviço de transporte escolar. A implementação de um sistema de monitoramento e avaliação contínua do serviço, através de indicadores de desempenho como frequência escolar, pontualidade e satisfação dos usuários, permitirá ajustes necessários e a melhoria constante da qualidade do transporte.

Em resumo, uma futura contratação para prestação de serviços de transporte escolar no Município de Sento Sé deverá ser rigorosamente criteriosa, garantindo a seleção de uma empresa competente e comprometida com a segurança, eficiência e sustentabilidade. A conformidade dos veículos, a capacidade logística, a qualificação dos profissionais e a transparência na comunicação são requisitos indispensáveis para garantir que os alunos da zona rural tenham acesso a um transporte escolar de qualidade. Esses requisitos não apenas atendem às necessidades imediatas dos estudantes, mas também são positivos para a promoção da equidade educacional e o desenvolvimento sustentável.



## Prefeitura Municipal de Santo Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***



#### **SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO**

Atualmente, o mercado oferece diversas soluções para a contratação de empresas especializadas em serviços de transporte escolar, especialmente para áreas rurais como o município de Santo Sé, na Bahia. Uma das soluções mais comuns é a contratação de empresas locais que já possuem experiência e conhecimento das particularidades geográficas e logísticas da região. Essas empresas podem oferecer um serviço personalizado, adaptando as rotas e horários de acordo com as necessidades específicas dos alunos da zona rural, garantindo assim uma maior eficiência e segurança no transporte.

Além das empresas locais, há também grandes empresas de transporte escolar que atuam no âmbito nacional e que possuem uma vasta experiência na gestão de grandes frotas e na implementação de soluções tecnológicas avançadas. O uso de tecnologias tais como GPS e aplicativos móveis facilitam a gestão das rotas e a comunicação entre os motoristas, monitores, escolas e famílias.

Outra solução disponível no mercado é a contratação de cooperativas de transporte escolar, que reúnem motoristas parceiros e pequenos proprietários de veículos em um sistema cooperativo. Essa modalidade pode ser vantajosa em termos de custo-benefício e flexibilidade operacional. As cooperativas geralmente têm uma estrutura mais enxuta e podem se adaptar rapidamente às mudanças nas necessidades dos alunos e das escolas. Além disso, a proximidade dos motoristas com a comunidade escolar pode resultar em um serviço mais personalizado e adequado.

Por fim, a contratação de empresas que oferecem programas de treinamento e capacitação contínua para seus motoristas e monitores é uma solução que garante a qualidade e a segurança do serviço de transporte escolar. Essas empresas não investem no treinamento de seus funcionários em áreas como direção defensiva, primeiros socorros e atendimento a crianças e adolescentes, garantindo que os profissionais estejam preparados para lidar com qualquer situação adversária. A formação contínua também contribui para a melhoria do atendimento e para a criação de um ambiente seguro e acolhedor para os alunos.

Em resumo, as soluções disponíveis no mercado para a contratação de serviços de transporte escolar para os alunos da zona rural de Santo Sé são variadas e oferecem diferentes vantagens que podem ser adaptadas às necessidades específicas do município. A escolha da solução mais adequada deve considerar fatores como a experiência e a capacidade da empresa, o uso de tecnologias de monitoramento, a flexibilidade operacional das cooperativas, o compromisso com a qualificação dos profissionais. Desta forma, será possível garantir um serviço de transporte escolar eficiente, seguro e alinhado com os objetivos de desenvolvimento educacional e social.



#### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO**

A solução escolhida para a prestação de serviços de transporte escolar para os alunos do ensino médio da rede pública estadual, residentes na zona rural de Santo Sé, integra várias das melhores práticas e recursos disponíveis no mercado, com o objetivo de garantir a eficiência, segurança e sustentabilidade. A empresa contratada será uma grande operadora de transporte escolar com vasta experiência nacional, que utilizará uma frota de veículos modernos e ambientalmente responsáveis, equipada com tecnologias de monitoramento e segurança. Todos os veículos deverão estar em conformidade com as normas de segurança e manutenção, garantindo um transporte seguro e confiável para os estudantes.



## Prefeitura Municipal de Santo Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

A frota de veículos será composta por ônibus e micro-ônibus adaptados para atender às necessidades dos alunos, incluindo aqueles com mobilidade reduzida. A empresa deverá manter a manutenção preventiva para garantir que todos os veículos estejam sempre em condições ideais de operação, minimizando riscos de falhas mecânicas.

Os profissionais responsáveis pelo transporte escolar, incluindo motoristas e monitores, devem passar por programas contínuos de formação e capacitação em direção defensiva, primeiros socorros e atendimento a crianças e adolescentes, enquanto os monitores devem estar preparados para situações de emergência e promover um ambiente seguro e acolhedor durante a trajetória. A formação contínua desses profissionais garantirá a alta qualidade do serviço prestado, garantindo que estejam sempre aptos a enfrentar qualquer desafio e a proporcionar um transporte.

Em resumo, a solução escolhida para o transporte escolar dos alunos da zona rural de Santo Sé combina tecnologia e um forte compromisso com a segurança e o bem-estar dos estudantes. A empresa contratada oferecerá um serviço de alta qualidade, adequado às necessidades específicas da região, contribuindo para a melhoria do acesso à educação e para o desenvolvimento social e econômico do município. A integração de veículos mantidos, comunicação eficiente e capacitação contínua dos profissionais garantirá que o transporte escolar seja seguro, eficiente e sustentável.



#### **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa da contratação foi levantada, levando-se em consideração os seguintes parâmetros:

Necessidade atual da prestação de serviços de transportes escolar para alunos do ensino médio da rede estadual de ensino, para um período de 12 (Doze) meses, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no art. 107 da referida norma, ao ser finalizado processo licitatório próprio;

As estimativas da contratação, encontram-se consignadas na tabela a seguir:

#### **TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO**

Nº ROTA	ITINERARIO/ PERCURSO	TURNO	KM / IDA e VOLTA	VALOR. KM ESTIMADO	TIPO DE VEICULO	VALOR DIÁRIO	DIAS LETIVOS MÊS	VALOR MENSAL	MÊSES	VALOR ANUAL
1	Aldeia à Sede - de (Tipo estrada: Carroçal)	TEMPO INTEGRAL	46,00	R\$ 5,62	ÔNIBUS	R\$ 258,52	20	R\$ 5.170,40	10	R\$ 51.704,00
2	Andorinhas à Sede - (Tipo de estrada: Carroçal)	VESPERTINO	32,00	R\$ 4,53	VAN / SIMILAR	R\$ 144,96	20	R\$ 2.899,20	10	R\$ 28.992,00
3	Brejinho/Brejo da Martinha à Piçarrão - (Tipo de estrada: Carroçal / Pavimentada)	NOTURNO	72,48	R\$ 4,27	UTILITARIO/FURGÃO	R\$ 309,49	20	R\$ 6.189,79	10	R\$ 61.897,92



# Prefeitura Municipal de Sento Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

## ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

4	Brejo da Brázida à Junco - (Tipo de estrada: Carroçal)	MATUTINO	18,00	R\$ 4,03	AUTO	R\$ 72,54	20	R\$ 1.450,80	10	R\$ 14.508,00
5	Café da Rosa à Piçarrão - (Tipo de estrada: Carroçal / Pavimentada)	NOTURNO	14,60	R\$ 4,01	AUTO	R\$ 58,55	20	R\$ 1.170,92	10	R\$ 11.709,20
6	Lagoa Fechada, Porção à Ponta D'água - (Tipo de estrada: Carroçal)	MATUTINO	34,00	R\$ 4,28	VAN / SIMILAR	R\$ 145,52	20	R\$ 2.910,40	10	R\$ 29.104,00
7	Malvinas à Brejo de Fora - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	14,83	R\$ 4,03	AUTO	R\$ 59,76	20	R\$ 1.195,30	10	R\$ 11.952,98
8	Mina do Incaibo à Brejo de Fora - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	29,54	R\$ 3,52	AUTO	R\$ 103,98	20	R\$ 2.079,62	10	R\$ 20.796,16
9	Pedra Branca à Junco - (Tipo de estrada: Carroçal)	MATUTINO	35,10	R\$ 4,27	VAN / SIMILAR	R\$ 149,88	20	R\$ 2.997,54	10	R\$ 29.975,40
10	Poço do Angico/ Olho D'Aguinha à Brejo de Fora - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	20,38	R\$ 4,02	AUTO	R\$ 81,93	20	R\$ 1.638,55	10	R\$ 16.385,52
11	Ponta da Serra, monte Santo à Brejo de Fora - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	54,00	R\$ 3,53	AUTO	R\$ 190,62	20	R\$ 3.812,40	10	R\$ 38.124,00
12	Quixaba à Piri - (Tipo de estrada: Pavimentada)	NOTURNO	38,00	R\$ 5,64	ONIBUS	R\$ 214,32	20	R\$ 4.286,40	10	R\$ 42.864,00
13	Riacho dos Paes à Sede - (Tipo de estrada: Carroçal / Pavimentada)	TEMPO INTEGRAL	35,40	R\$ 5,63	ONIBUS	R\$ 199,30	20	R\$ 3.986,04	10	R\$ 39.860,40
14	Riacho dos Paes à Sento Sé - (Tipo de estrada: Carroçal / Pavimentada)	NOTURNO	35,40	R\$ 5,63	ÔNIBUS	R\$ 199,30	20	R\$ 3.986,04	10	R\$ 39.860,40



## Prefeitura Municipal de Sento Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

15	São Pedro, Barroquinha à Piçarrão - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	54,77	R\$ 4,28	VAN / SIMILAR	R\$ 234,42	20	R\$ 4.688,31	10	R\$ 46.883,12
16	Serra Grande à Brejo de Fora - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	10,50	R\$ 4,01	AUTO	R\$ 42,11	20	R\$ 842,10	10	R\$ 8.421,00
17	Sítio, Fartura à Limoeiro da Bateira - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	37,99	R\$ 4,26	CAMINHONETE	R\$ 161,84	20	R\$ 3.236,75	10	R\$ 32.367,48
TOTAL DE KM / DIA					TOTAIS	R\$ 2.627,03		R\$ 52.540,56	10	R\$ 525.405,58



#### JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Parcelamento formal, realização de uma única licitação, mas cada parcela da solução sendo adjudicada em rotas/itens distintos.

A realização de uma única licitação, com cada parte da solução sendo contratada em rotas diferentes, é justificada para garantir maior expertise e sendo mais atrativo gerando maior concorrência entre os potenciais licitantes. Isso possibilita escolher prestadores de serviços especializados e com melhores preços em cada rota/item, sem comprometer a eficiência na resolução dos problemas identificados. Além disso, essa abordagem permite uma gestão mais eficiente dos contratos e prestadores de serviços, coordenando a execução dos serviços de forma mais organizada.



#### RESULTADOS PRETENDIDOS

A implementação do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino médio da rede pública estadual na zona rural de Sento Sé tem como principal objetivo garantir o acesso regular e seguro à educação. Espera-se que, com a disponibilização de transporte escolar eficiente, as taxas de frequência escolar aumentem significativamente, reduzindo o absenteísmo e a evasão escolar. Os alunos poderão chegar à escola pontualmente e sem o desgaste físico de longas caminhadas, o que contribuirá para um melhor desempenho acadêmico. A regularidade na frequência às aulas permitirá que os estudantes aproveitem integralmente o currículo escolar, participando de atividades complementares e extracurriculares que são fundamentais para o seu desenvolvimento integral.

Além da melhoria na frequência escolar, outro resultado pretendido é a garantia da segurança e do bem-estar dos alunos durante o trajeto entre suas residências e a escola. Com a utilização de veículos adequados, mantidos em condições ideais e operados por motoristas treinados, os riscos de acidentes e situações adversas serão significativamente reduzidos. A presença de monitores capacitados dentro dos veículos assegurará um ambiente seguro e supervisionado, onde os alunos poderão viajar com tranquilidade. A utilização de sistemas de monitoramento em tempo real permitirá uma resposta rápida a qualquer emergência, aumentando ainda mais a segurança dos estudantes.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

Outro resultado esperado é a valorização da educação e o fortalecimento do vínculo entre a comunidade escolar e as famílias dos alunos. Com a garantia de transporte escolar seguro e eficiente, as famílias se sentirão mais confiantes e motivadas a apoiar a educação de seus filhos. A comunicação facilitada entre a empresa de transporte, a escola e as famílias permitirão uma melhor coordenação e resolução de problemas, fortalecendo a parceria e o engajamento de todos os envolvidos. Esse vínculo mais forte contribuirá para a criação de um ambiente educacional mais colaborativo e acolhedor, onde os alunos se sentirão apoiados e incentivados a alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

Em síntese, os resultados pretendidos com a prestação de serviços de transporte escolar para os alunos da zona rural de Sento Sé incluem o aumento da frequência e do desempenho escolar, a garantia de segurança e bem-estar durante o transporte e o fortalecimento do vínculo entre a comunidade escolar e as famílias. Esses objetivos estão interligados e são essenciais para a criação de um ambiente educacional mais equitativo e inclusivo, onde todos os alunos têm as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento, independentemente de sua localização geográfica. A concretização desses resultados contribuirá significativamente para o avanço educacional e social do município, promovendo um futuro mais promissor para seus jovens cidadãos.



#### **GERENCIAMENTOS DE RISCO**

Riscos do Processo de Contratação:

##### **Risco 01: Condições Precárias das Estradas Rurais**

Um dos principais riscos associados à prestação de serviços de transporte escolar para os alunos do ensino médio da rede pública estadual, residentes na zona rural do Município de Sento Sé, Bahia, são as condições precárias das estradas rurais. Muitas vias na zona rural são de terra batida e podem se tornar intransitáveis durante períodos de chuva intensa, resultando em atrasos ou impossibilidade de realizar o transporte escolar. A falta de manutenção regular dessas estradas pode levar a situações perigosas, como atolamentos, deslizamentos e acidentes. Esse risco exige uma avaliação contínua das condições das estradas e a implementação de um plano de contingência para assegurar que os alunos possam chegar à escola de maneira segura e pontual, independentemente das condições climáticas. Além disso, a administração municipal deve trabalhar em parceria com os órgãos responsáveis pela infraestrutura para melhorar e manter as estradas em boas condições, reduzindo assim os riscos associados ao transporte escolar.

##### **Risco 02: Falhas na Manutenção dos Veículos**

Outro risco significativo é a possibilidade de falhas na manutenção dos veículos utilizados para o transporte escolar. Veículos que não recebem a manutenção preventiva adequada podem apresentar problemas mecânicos durante o trajeto, colocando em risco a segurança dos alunos e a regularidade do serviço. Pneus desgastados, falhas nos sistemas de freio ou suspensão e outros problemas mecânicos podem resultar em acidentes graves. Para mitigar esse risco, a empresa contratada deve seguir rigorosamente um plano de manutenção preventiva, realizando inspeções regulares e reparos necessários para garantir que todos os veículos estejam em perfeitas condições de operação. Além disso, deve haver uma supervisão constante para assegurar que os padrões de segurança sejam mantidos, e que qualquer problema identificado seja prontamente resolvido.

##### **Risco 03: Capacitação e Conduta dos Profissionais**

A capacitação inadequada e a conduta dos profissionais responsáveis pelo transporte escolar representam outro risco considerável. Motoristas sem treinamento adequado em direção defensiva, primeiros socorros e atendimento



## Prefeitura Municipal de Santo Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

a crianças e adolescentes podem não estar preparados para lidar com situações de emergência ou com o comportamento dos alunos durante o trajeto. Isso pode comprometer a segurança e o bem-estar dos estudantes. Além disso, a conduta imprópria por parte de motoristas ou monitores pode resultar em incidentes graves, como negligência ou abuso. Para minimizar esse risco, é fundamental que a empresa contratada invista na formação contínua de seus profissionais, assegurando que todos estejam devidamente capacitados e aptos a proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para os alunos. A implementação de um código de conduta rigoroso e a realização de avaliações periódicas de desempenho contribuirão para garantir que os profissionais mantenham um comportamento exemplar e estejam preparados para enfrentar quaisquer desafios que possam surgir.

#### **AValiação QUALITATIVA DOS RISCOS**

##### **Risco 01: Condições Precárias das Estradas Rurais**

Avaliação qualitativa: **Alto**. As condições precárias das estradas rurais podem ter um impacto significativo na prestação de serviços de transporte escolar. Os danos potenciais incluem atrasos frequentes, cancelamentos de transporte em dias de chuva, e riscos elevados de acidentes devido a deslizamentos ou atolamentos. Esses problemas não apenas afetam a frequência e a pontualidade escolar dos alunos, mas também podem causar danos físicos aos veículos e colocar em risco a segurança dos estudantes. A ação preventiva para mitigar este risco inclui a implementação de um plano de manutenção regular das estradas, em parceria com as autoridades locais, além de desenvolver rotas alternativas seguras e um plano de contingência para situações de emergência climática. A utilização de veículos adequados para terrenos irregulares e a formação de motoristas para conduzir em condições adversas também são essenciais.

##### **Risco 02: Falhas na Manutenção dos Veículos**

Avaliação qualitativa: **Alto**. Falhas na manutenção dos veículos podem ter consequências graves, incluindo acidentes que podem resultar em ferimentos ou, em casos extremos, fatalidades. Danos causados por falhas mecânicas podem levar à interrupção do serviço de transporte escolar, afetando diretamente a frequência escolar dos alunos e a confiança das famílias no sistema. Para prevenir esse risco, é crucial que a empresa contratada siga um rigoroso cronograma de manutenção preventiva e corretiva. Inspeções regulares dos veículos devem ser realizadas para identificar e corrigir quaisquer problemas antes que se tornem críticos. A utilização de um sistema de gerenciamento de manutenção baseado em tecnologia pode ajudar a monitorar a saúde dos veículos e garantir que todos os reparos necessários sejam feitos de maneira oportuna.

##### **Risco 03: Capacitação e Conduta dos Profissionais**

Avaliação qualitativa: **Médio**. A capacitação inadequada e a conduta imprópria dos profissionais envolvidos no transporte escolar podem causar danos consideráveis, incluindo incidentes de segurança, problemas comportamentais durante o trajeto, e, em casos graves, abuso ou negligência. Esses danos afetam diretamente o bem-estar e a segurança dos alunos, além de comprometer a reputação da empresa de transporte e a confiança dos pais. Para prevenir esses riscos, a empresa deve investir em programas contínuos de treinamento e capacitação para motoristas e monitores, focando em direção defensiva, primeiros socorros e atendimento a crianças e adolescentes. A implementação de um código de conduta rigoroso e a realização de avaliações periódicas de desempenho são essenciais. Além disso, a empresa deve estabelecer um canal de comunicação aberto e acessível para que pais e escolas possam relatar quaisquer preocupações ou incidentes, assegurando uma resposta rápida e eficaz.

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados.

Impactos	Sem Impacto	Baixo	Médio	Alto
Probabilidade				
Baixa				



## Prefeitura Municipal de Santo Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

Média			Risco 03	
Alto				Risco 01 e 02

#### **GRAVIDADE DAS CONSEQUÊNCIAS**

Entre os riscos identificados para a prestação de serviços de transporte escolar no município de Santo Sé, os de maior gravidade e com consequências mais sérias são as condições precárias das estradas rurais e as falhas na manutenção dos veículos. As estradas mal conservadas representam um risco elevado de acidentes, especialmente durante períodos de chuva intensa, podendo levar a deslizamentos, atolamentos e, em casos extremos, capotamentos. Esses incidentes podem causar ferimentos graves ou até fatalidades entre os alunos, além de atrasos e cancelamentos frequentes que prejudicam a frequência escolar e o desempenho acadêmico. Para mitigar esse risco, é crucial a implementação de um programa de manutenção regular das estradas e o desenvolvimento de rotas alternativas seguras.

As falhas na manutenção dos veículos são igualmente críticas, pois um veículo em mau estado pode falhar durante o trajeto, causando acidentes que podem resultar em lesões graves ou mortes. Veículos mal mantidos também são mais propensos a falhas mecânicas que podem interromper o serviço de transporte escolar, causando transtornos para os alunos e suas famílias. As consequências dessas falhas não se limitam à segurança física dos alunos, mas também afetam a confiança da comunidade no serviço de transporte escolar. Para prevenir esse risco, a empresa contratada deve adotar um rigoroso plano de manutenção preventiva e corretiva, realizando inspeções regulares e reparos necessários para garantir a operação segura e confiável dos veículos.

Além desses, a capacitação inadequada e a conduta imprópria dos profissionais também representam um risco significativo. Motoristas e monitores sem o devido treinamento em direção defensiva, primeiros socorros e atendimento a crianças podem não estar preparados para lidar com emergências ou comportamentos desafiadores dos alunos, o que pode comprometer a segurança durante o transporte. Incidentes relacionados à conduta inadequada, como negligência ou abuso, têm consequências devastadoras para o bem-estar dos alunos e a confiança das famílias no sistema de transporte escolar. Investir na formação contínua dos profissionais e implementar um código de conduta rigoroso são medidas preventivas essenciais para minimizar esses riscos e garantir um ambiente seguro e acolhedor para os estudantes durante o trajeto.



#### **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

Para esta solução não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão do serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.



#### **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual o objeto a ser licitado será considerado no planejamento.



#### **IMPACTOS AMBIENTAIS E MEIDADAS DE TRATAMENTO**



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

A prestação de serviços de transporte escolar na zona rural de Sento Sé pode causar diversos impactos ambientais, principalmente devido à emissão de gases poluentes provenientes dos veículos. Veículos movidos a combustíveis fósseis, como diesel e gasolina, contribuem significativamente para a poluição do ar, liberando dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), óxidos de nitrogênio (NOx) e partículas finas que prejudicam a qualidade do ar e afetam a saúde pública. Além disso, o tráfego constante em estradas rurais pode causar degradação do solo, erosão e danos à flora local. A poeira gerada pelo movimento dos veículos em estradas de terra também pode afetar a vegetação e a qualidade do ar local, agravando os problemas respiratórios na comunidade.

Para mitigar esses impactos ambientais, uma das medidas de tratamento é a adoção de uma frota de veículos mais ecológicos. A empresa contratada podem optar por veículos movidos a combustíveis alternativos, como biodiesel, gás natural ou eletricidade, que emitem menos poluentes e têm um menor impacto ambiental. Além disso, a manutenção regular dos veículos é crucial para garantir que estejam operando de maneira eficiente e com menor emissão de poluentes. A implementação de tecnologias de controle de emissões, como filtros de partículas e sistemas de recirculação de gases de escape, pode reduzir significativamente a poluição gerada pelos veículos. Promover a conscientização sobre a importância da manutenção preventiva entre os motoristas e a equipe de manutenção também é uma medida eficaz para assegurar a sustentabilidade do serviço de transporte escolar.

Outra medida importante é a gestão sustentável das rotas de transporte escolar. Planejar e otimizar as rotas para reduzir o tempo de viagem e o consumo de combustível pode diminuir a pegada de carbono do serviço. A utilização de software de roteirização inteligente pode ajudar a identificar as rotas mais eficientes, evitando áreas ecologicamente sensíveis e minimizando a interferência na fauna e flora locais. Além disso, investir na melhoria e manutenção das estradas rurais, com a implementação de técnicas de pavimentação ecológica, pode reduzir a geração de poeira e a degradação do solo. A colaboração com as autoridades locais e a comunidade para realizar essas melhorias de infraestrutura é essencial para garantir um transporte escolar ambientalmente responsável.

Além das medidas técnicas, a educação ambiental e a sensibilização dos alunos, motoristas e da comunidade em geral sobre a importância da sustentabilidade são fundamentais. Programas de educação ambiental podem ser incorporados ao currículo escolar para promover práticas sustentáveis entre os alunos, como a importância de manter os veículos em bom estado, evitar o desperdício de recursos e proteger o meio ambiente local. Incentivar a participação da comunidade em iniciativas de conservação ambiental, como o plantio de árvores e a manutenção de áreas verdes, também pode criar um senso de responsabilidade coletiva e contribuir para a preservação do meio ambiente. A combinação dessas medidas técnicas e educativas assegura que o serviço de transporte escolar não só atende às necessidades dos alunos, mas também protege e preserva o meio ambiente da região de Sento Sé.



#### **CONCLUSÃO - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO**

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

---

George Ribeiro da Silva  
Secretário Municipal de Educação



# Prefeitura Municipal de Sento Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

## SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS COMUNS, LEI 14.233/2021.

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa a contratação de empresa e/ou pessoa física para prestação de serviços de transporte escolar para os alunos do ensino médio rede pública estadual, residentes na Zona Rural do Município de Sento Sé - Bahia, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação é de qualidade comum, não superior a cumprir as finalidades às quais se destinam, não se enquadrando como sendo de bem de luxo, nos termos do artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 525.405,58 (Quinhentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos) conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.

#### TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Nº ROTA	ITINERARIO/ PERCURSO	TURNO	KM / IDA e VOLTA	VALOR. KM ESTIMADO	TIPO DE VEICULO	VALOR DIÁRIO	DIAS LETIVOS MÊS	VALOR MENSAL	MÊSES	VALOR ANUAL
1	Aldeia à Sede - (Tipo de estrada: Carroçal)	TEMPO INTEGRAL	46,00	R\$ 5,62	ÔNIBUS	R\$ 258,52	20	R\$ 5.170,40	10	R\$ 51.704,00
2	Andorinhas à Sede - (Tipo de estrada: Carroçal)	VESPERTINO	32,00	R\$ 4,53	VAN / SIMILAR	R\$ 144,96	20	R\$ 2.899,20	10	R\$ 28.992,00
3	Brejinho/Brejo da Martinha à Piçarrão - (Tipo de estrada: Carroçal / Pavimentada)	NOTURNO	72,48	R\$ 4,27	UTILITARIO/FURGÃO	R\$ 309,49	20	R\$ 6.189,79	10	R\$ 61.897,92
4	Brejo da Brázida à Junco - (Tipo de estrada: Carroçal)	MATUTINO	18,00	R\$ 4,03	AUTO	R\$ 72,54	20	R\$ 1.450,80	10	R\$ 14.508,00
5	Café da Rosa à Piçarrão - (Tipo de estrada: Carroçal / Pavimentada)	NOTURNO	14,60	R\$ 4,01	AUTO	R\$ 58,55	20	R\$ 1.170,92	10	R\$ 11.709,20



# Prefeitura Municipal de Sento Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

## ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

6	Lagoa Fechada, Porção à Ponta D'água - (Tipo de estrada: Carroçal)	MATUTINO	34,00	R\$ 4,28	VAN / SIMILAR	R\$ 145,52	20	R\$ 2.910,40	10	R\$ 29.104,00
7	Malvinas à Brejo de Fora - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	14,83	R\$ 4,03	AUTO	R\$ 59,76	20	R\$ 1.195,30	10	R\$ 11.952,98
8	Mina do Incaibo à Brejo de Fora - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	29,54	R\$ 3,52	AUTO	R\$ 103,98	20	R\$ 2.079,62	10	R\$ 20.796,16
9	Pedra Branca à Junco - (Tipo de estrada: Carroçal)	MATUTINO	35,10	R\$ 4,27	VAN / SIMILAR	R\$ 149,88	20	R\$ 2.997,54	10	R\$ 29.975,40
10	Poço do Angico/ Olho D'Aguinha à Brejo de Fora - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	20,38	R\$ 4,02	AUTO	R\$ 81,93	20	R\$ 1.638,55	10	R\$ 16.385,52
11	Ponta da Serra, monte Santo à Brejo de Fora - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	54,00	R\$ 3,53	AUTO	R\$ 190,62	20	R\$ 3.812,40	10	R\$ 38.124,00
12	Quixaba à Piri - (Tipo de estrada: Pavimentada)	NOTURNO	38,00	R\$ 5,64	ONIBUS	R\$ 214,32	20	R\$ 4.286,40	10	R\$ 42.864,00
13	Riacho dos Paes à Sede - (Tipo de estrada: Carroçal / Pavimentada)	TEMPO INTEGRAL	35,40	R\$ 5,63	ONIBUS	R\$ 199,30	20	R\$ 3.986,04	10	R\$ 39.860,40
14	Riacho dos Paes à Sento Sé - (Tipo de estrada: Carroçal / Pavimentada)	NOTURNO	35,40	R\$ 5,63	ÔNIBUS	R\$ 199,30	20	R\$ 3.986,04	10	R\$ 39.860,40
15	São Pedro, Barroquinha à Piçarrão - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	54,77	R\$ 4,28	VAN / SIMILAR	R\$ 234,42	20	R\$ 4.688,31	10	R\$ 46.883,12
16	Serra Grande à Brejo de Fora - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	10,50	R\$ 4,01	AUTO	R\$ 42,11	20	R\$ 842,10	10	R\$ 8.421,00



## Prefeitura Municipal de Sento Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

17	Sítio, Fartura à Limoeiro da Batateira - (Tipo de estrada: Carroçal)	NOTURNO	37,99	R\$ 4,26	CAMINHONETE	R\$ 161,84	20	R\$ 3.236,75	10	R\$ 32.367,48
TOTAL DE KM / DIA					TOTAIS	R\$ 2.627,03		R\$ 52.540,56	10	R\$ 525.405,58

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O presente processo se dará pela modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nos termos do Art 1º, § 1º do Decreto Federal nº. 10.024/2019.

*Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.*

*§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.*

- 3.2. O presente processo se dará pela modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nos termos do Art. 6º, Inciso XLI da Lei 14.133/2021, que nos traz a seguinte redação:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;*

- 3.3. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, visto se tratar da divisão de parcelas técnica e economicamente viáveis, buscando menor dispêndio para a Administração, conforme o exigido no Art. 33, I e Art. 34 da Lei 14.133/2021, o qual redata:

*Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:*

*I - menor preço;*

*Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.*

- 3.4. A contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar é uma necessidade imperiosa para garantir o acesso à educação dos alunos do ensino médio residentes na zona rural do município de Sento Sé. As distâncias significativas entre as residências dos alunos e as escolas, combinadas com a falta de infraestrutura adequada de transporte público na região, tornam o transporte escolar essencial para assegurar que esses estudantes possam frequentar as aulas regularmente. Sem um serviço de transporte confiável, muitos alunos enfrentam dificuldades insuperáveis



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

para chegar à escola, o que pode resultar em altos índices de absenteísmo e evasão escolar. Assim, a contratação de uma empresa especializada visa a proporcionar um serviço seguro, eficiente e sustentável, promovendo a inclusão educacional e o desenvolvimento social da comunidade.

- 3.5. Além do aspecto educacional, a segurança dos alunos durante o trajeto até a escola é uma prioridade absoluta. A empresa contratada deve possuir uma frota de veículos com manutenção em dia, equipados com todos os dispositivos de segurança necessários. Motoristas devem ser capacitados e treinados em direção defensiva, primeiros socorros e atendimento a crianças e adolescentes. A segurança é, portanto, um fator crucial que justifica a contratação de uma empresa especializada, que possa garantir a integridade física e o bem-estar dos estudantes.
- 3.6. A eficiência do serviço de transporte escolar também é fundamental para garantir que os alunos cheguem à escola pontualmente e sem atrasos. A empresa especializada deve ser capaz de otimizar as rotas de transporte, visando minimizar o tempo de viagem e o consumo de combustível. Isso não apenas aumenta a eficiência operacional, mas também contribui para a redução dos impactos ambientais, alinhando-se com as políticas de sustentabilidade do município. A utilização de veículos movidos a combustíveis alternativos ou tecnologias que reduzam a emissão de poluentes é uma medida adicional que reforça o compromisso com a preservação do meio ambiente. A eficiência no transporte escolar, portanto, não só melhora a qualidade do serviço prestado, mas também promove práticas sustentáveis e responsáveis.
- 3.7. A contratação de uma empresa especializada também é justificada pela necessidade de garantir a qualidade e a continuidade do serviço de transporte escolar. Empresas com experiência comprovada na área possuem a expertise necessária para lidar com os desafios logísticos e operacionais, garantindo que o serviço seja prestado de forma contínua e sem interrupções. Elas são capazes de implementar sistemas de manutenção preventiva rigorosos, assegurando que os veículos estejam sempre em condições ideais de operação. Além disso, essas empresas podem oferecer soluções inovadoras e adaptáveis às necessidades específicas da região e dos alunos, como a adaptação de veículos para alunos com mobilidade reduzida. A continuidade e a qualidade do serviço são essenciais para a confiabilidade e a eficácia do transporte escolar, justificando a contratação de uma empresa especializada.
- 3.8. Por fim, a contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar contribui para a valorização da educação e o fortalecimento do vínculo entre a comunidade escolar e as famílias dos alunos. Com a garantia de um transporte seguro e eficiente, as famílias se sentem mais seguras e motivadas a apoiar a educação de seus filhos. A comunicação facilitada entre a empresa, a escola e as famílias assegura a coordenação e a rápida resolução de problemas, promovendo um ambiente colaborativo e acolhedor. Esse fortalecimento do vínculo comunitário é vital para o sucesso educacional e o desenvolvimento pessoal dos alunos, tornando a contratação de uma empresa especializada não apenas uma necessidade prática, mas também um investimento no futuro da comunidade de Sento Sé.
- 3.9. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação se encontra pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO**

- 4.1. A Prefeitura Municipal de Sento Sé optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

#### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

- 5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, indicação de marcas ou modelos, ou ainda a vedação de contratação de marca ou produtos encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

#### **7. DAS AMOSTRAS**

- 7.1. Para a presente contratação não será obrigatória a apresentação de amostras por parte da licitante vencedora.

#### **8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

- 8.1. O gestor do contrato poderá exigir garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.
- 8.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 8.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 8.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 9.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **10. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

- 10.1. Em observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, no presente procedimento não aplicado os benefícios do art. 48 da Lei Complementar 123/2006.

#### **11. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 11.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (Doze) meses, que vigorará a partir do dia xx/xx/xxxx, com prazo de vigência até o dia xx/xx/xxxx, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.
- 11.1.1. O objeto do presente termo de referência é enquadrado como contínuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme descrito em Estudo Técnico Preliminar.
- 11.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 11.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 11.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### **12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO SERVIÇO E FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

##### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

##### **Forma da Prestação dos serviços**

- 12.2. A Prestação dos serviços do objeto será **CONTINUADO**.

#### **13. PROPOSTA DE PREÇOS**

- 13.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;

- 13.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias e prazo de entrega dos produtos e/ou serviços.

#### **14. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **Condições de Entrega**

- 14.1. O prazo do início da prestação dos serviços, será de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.
- 14.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 14.3. Os serviços deverão ser prestados na sede do Município de Sento Sé em endereço indicado na Ordem de Serviço.

##### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 14.4. A garantia será prestada com vistas a manter os veículos e equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 14.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos veículos pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 14.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos veículos, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 14.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 14.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos veículos que apresentarem defeito no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de notificação emitida pela Administração.
- 14.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 14.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar veículo equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos durante a execução dos reparos.
- 14.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos veículos.
- 14.12. A garantia contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **15. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

- 15.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 15.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 15.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

- 15.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

- 15.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
  - 15.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 15.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
  - 15.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
  - 15.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
  - 15.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

- 15.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
  - 15.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

#### **Gestor do Contrato**

- 15.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 15.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

- 15.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 15.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 15.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 15.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 15.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Sento Sé deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

### **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

UNIDADE: 02.05

CLASSIFICAÇÃO: 2009

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.00 / 3390.36.00

FICHA: 1500.1001 / 1569.0000 / 1571.0000 / 1572.0000

- 16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 17.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 17.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 17.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 17.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 17.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 17.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 17.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

#### **18. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO**

- 18.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 18.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 18.2.1. o prazo de validade;
  - 18.2.2. a data da emissão;
  - 18.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 18.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 18.2.5. o valor a pagar; e
  - 18.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 18.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 18.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 18.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 18.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 18.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 18.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 18.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
  - 18.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 18.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 19.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

- 19.1.1. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;
- 19.1.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 19.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 19.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 19.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 19.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 19.1.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 19.1.8. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 19.1.9. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 19.1.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- 19.1.11. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;
- 19.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 19.1.13. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;
- 19.1.14. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

- 19.1.15. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;
- 19.1.16. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 19.1.17. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;
- 19.1.18. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 19.1.19. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado;

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 20.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 20.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 20.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 20.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 20.5. Efetuar o pagamento à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- 20.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada;
- 20.7. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 20.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

## **21. DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO**

- 21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 21.2. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IGP – M (Índice Geral de Preços do Mercado), cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.
- 21.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 21.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

- 21.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 21.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 21.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 21.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 21.9. Após o intervalo de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.
- 21.10. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
  - 21.10.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
  - 21.10.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta.
  - 21.10.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
  - 21.10.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

## **22. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 22.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 22.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 22.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 22.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 22.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 22.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 22.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 22.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 22.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

- 22.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 22.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 22.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 22.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **23. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS**

- 23.1. Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrências direta ou indireta do presente contrato, ou da sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

#### **24. DA RESCISÃO**

- 24.1. Constituirão motivos para extinção do contrato nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei federal nº 14.133/2021, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo:
  - 24.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
  - 24.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
  - 24.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
  - 24.1.4. A rescisão do contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, bem como na assunção do objeto do contrato pela CONTRATANTE na forma que a mesma determinar.
  - 24.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

#### **25. DA ALTERAÇÃO**

- 25.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas dos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 25.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 25.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 25.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 25.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **26. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 26.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

#### **27. DA SOLUÇÃO COMO TODO**

- 27.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **28. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 28.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, será motivo de penalidades:
- 28.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 28.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 28.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
  - 28.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 28.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 28.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 28.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 28.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 28.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 28.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 28.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 28.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
  - 28.1.13. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:
  - 28.1.14. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
  - 28.1.15. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
  - 28.1.16. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
  - 28.1.17. Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, o Município poderá aplicar a CONTRATADA multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 14.133/21, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;
  - 28.1.18. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante;
  - 28.1.19. As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência;
  - 28.1.20. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
  - 28.1.21. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da datada decisão final da defesa apresentada;



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

- 28.1.22. Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e da declaração de impedimento para licitar e contratar com o município;
- 28.1.23. A Aplicação da penalidade de rescisão contratual ou suspensão repercutirá sobre todos os demais atos pertencentes ao mesmo contratante;
- 28.1.24. O Contrato será rescindido unilateralmente se a contratada ou qualquer de seus sócios forem condenados pelos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021; os crimes previstos na Lei Federal 8.137/1990; os crimes definidos na Lei Federal 8.429/92 e demais crimes contra a ordem pública;
- 28.1.25. Havendo suspensão contratual, será dado aviso com antecedência mínimo de 30 dias corridos, nos termos do art. 599, § único do Código Civil - CC e art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que for melhor conveniente para a administração em manifesta observância ao poder de império da administração pública;

---

George Ribeiro da Silva  
Secretário Municipal de Educação



# Prefeitura Municipal de Santo Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

## SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### ANEXO III MODELO - PROPOSTA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTO SÉ – BAHIA.

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO nº xxx/2024.

NESTA

Prezados Senhores, pela presente, submetemos à apreciação de vossa senhoria, a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se realizará o(s) serviços e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital em referência.

1 – PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

EMAIL:

BANCO (NOME/Nº):

AGÊNCIA Nº:

CONTA CORRENTE Nº:

2 - PROPOSTA DE PREÇOS:

#### Planilha de especificações

Nº ROTA	ITINERARIO/ PERCURSO	TURNO	KM / IDA e VOLTA	VALOR. KM ESTIMADO	TIPO DE VEICULO	VALOR DIÁRIO	DIAS LETIVOS MÊS	VALOR MENSAL	MÊSES	VALOR ANUAL
1										
2										
3										
TOTAL DE KM / DIA					TOTAIS	R\$		R\$		R\$

3 - PRAZO DE VALIDADE E VALOR TOTAL DA PROPOSTA

3.1 Declaramos que o valor total da nossa proposta é de R\$ .....(.....) e que manteremos válida por \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias contados da data de apresentação da mesma.

4 – DECLARAÇÃO:

Declaramos que:

a) Nos preços propostos estão inclusos e diluídos os custos que envolvem a perfeita execução do contrato, bem como todos os custos relativos à mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, as contribuições fiscais, transporte e seguro, bem como as despesas diretas e indiretas e quaisquer outros necessários.

b) Cumpriremos rigorosamente as especificações e as recomendações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Santo Sé – Bahia.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

Obs: a interposição de recurso SUSPENDE o prazo de validade da proposta até decisão.



# Prefeitura Municipal de Santo Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

## ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

ANEXO III.1 - Composição de Custos que poderá ser solicitada pelo Pregoeiro

### I. Preço Unitário e Total.

Nº do Item	DESCRIÇÃO	U.M	Qtd	Vlr. Unit.	Vlr Total
XX	XXXXX		XX	R\$	R\$

### II. Composição de Custos.

		Preço de Custo	Qt.	%	Unitário	Total
A	1					
		Despesas fixas e variadas		%	Unitário	Total
B	1	Despesas Operacionais				
	2	Risco Operacional				
	3	Total				
		Tributos = anexo III LC 123/06		%	unitário	Total
C	1	IRPJ				
	2	CSLL				
	3	COFINS				
	4	PIS/PASEP				
	5	CPP				
	6	ICMS				
	7	ICMS Complemento				
	8	Alíquota efetiva				
D	1	A + B + C				
		Lucro		%	Vlr. Total	Vlr. Total
E	1	Lucro Líquido				
F	1	Total das alíquotas em percentual				
	2	Valor Unitário				
	3	Valor Total				



**Prefeitura Municipal de Sento Sé**  
PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº \_\_\_\_/20xx**

Termo de Contrato de prestação de serviços que entre si fazem o  
**MUNICÍPIO DE SENTO SÉ-BA** e a Empresa **xxxx**.

Pelo presente contrato de prestação de serviços na **PREFEITURA DE MUNICIPAL DE SENTO SÉ, Estado da Bahia**, que entre si fazem, de um lado o MUNICIPIO DE SENTO SÉ-BA, com sede administrativa na Praça Dr. Juvêncio Alves, s/nº, Cidade: Sento Sé - Bahia - CEP: 47.350-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 13.692.736/0001-10, representado(a) pelo(a) Prefeito(a), Sr(a). Ana Luiza Rodrigues da Silva Passos, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 030.615.135-90 e portador do RG nº 13.199.260-02, doravante designado simplesmente de CONTRATANTE e do outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ de nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada na XXXX, nº XX, Bairro: xxxxx, Cidade: xxxxx - CEP: xx.xxx-xxx, com seu representante legal, conforme Ato Constitutivo, a seguir denominado CONTRATADO, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato de prestação de serviço, devidamente autorizado mediante **Pregão Eletrônico Edital nº xxx/2024** e **Processo Administrativo nº xxx/2024**, Tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e da Lei nº 123/2006, e pelas demais disposições pertinentes.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa e/ou pessoa física para prestação de serviços de transporte escolar para os alunos do ensino médio rede pública estadual, residentes na Zona Rural do Município de Sento Sé - Bahia, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

**Planilha de especificação**

Nº ROTA	ITINERARIO/ PERCURSO	TURNO	KM / IDA e VOLTA	VALOR. KM ESTIMADO	TIPO DE VEICULO	VALOR DIÁRIO	DIAS LETIVOS MÊS	VALOR MENSAL	MÊSES	VALOR ANUAL
1										
2										
3										
TOTAL DE KM / DIA					TOTAIS	R\$		R\$		R\$

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência do contrato será de xx (xxxx) meses, que vigorará a partir do dia xx/xx/xxxx, com prazo de vigência até o dia xx/xx/xxxx, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no art. 107 da referida norma, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

3.1 O valor global total da presente contratação é de R\$ .

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

4.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (Trinta) dia, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

4.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

4.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

4.7 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

4.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

4.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

4.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

4.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



## Prefeitura Municipal de Sento Sé

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0000 assim apurados:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,0000 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

4.14 A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.15 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 As despesas decorrentes da execução do(s) serviço(s), objeto desta licitação correrão à conta orçamentária do corrente exercício, na classificação abaixo:

Órgão: 02.05.

Proj/Atividade: 2009.

Elemento de Despesa: 3390.39.00 / 3390.36.00.

Fonte: 1500.1001 / 1569.0000 / 1571.0000 / 1572.0000.

5.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IGP – M (Índice Geral de Preços do Mercado), cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.9. Após o intervalo de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

6.10. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.10.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.10.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta.

6.11. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.12. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumento.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

7.1 O regime de execução dos serviços será de forma indireta a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

7.2 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores especificamente designados, pelo(a) Portaria nº 47 de 21/12/2022, como Representantes da Administração, que anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, pela disciplina do art. 117 §1º §2º §3º Lei nº 14.133, de 2021;

7.3 O(s) Fiscal(is) deste contrato será(ão) o(s) Srº(s). Célia Almeida Antunes, assumindo total responsabilidade pela execução do presente instrumento, havendo quaisquer alteração e/ou substituição do(s) fiscal(ais) do contrato o(s) servidor(es) designado(s) por meio de portaria ou decreto específico será juntado posteriormente a este instrumento;

7.4 Compete ao Sistema de Controle Interno fiscalizar o fiscal do contrato, inclusive fiscalizar as ações ou omissões definidas na cláusula anterior, e informar a autoridade competente ou preposto qualificado como representante da contratante os atos praticados pelo fiscal, assim como responder solidariamente pelas ações, omissões ou inércia na fiscalização do presente instrumento, sendo plenamente proibida a fiscalização de contratos por amostragem.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

##### **8.1 A Contratante obriga-se a:**

8.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada;

8.1.8 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

#### **8.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:**

8.2.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.2.1.1 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

8.2.1.2 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

8.2.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.2.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.2.1.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

8.2.1.6 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.2.1.7 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.2.1.8 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.2.1.9 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.2.1.10 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

8.2.1.11 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;

8.2.1.12 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.1.13 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;

8.2.1.14 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

8.2.1.15 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;

8.2.1.16 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

8.2.1.17 Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;

8.2.1.18 Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

8.2.1.19 Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado;

#### **9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

9.1 – Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, será motivo de penalidades:

9.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

9.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

9.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

9.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

9.2.4 Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, o Município poderá aplicar a CONTRATADA multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 14.133/21, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;

9.2.5 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante;

9.2.6 As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência;

9.2.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2.8 No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da datada decisão final da defesa apresentada;

9.2.9 Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e da declaração de impedimento para licitar e contratar com o município;

9.2.10 A Aplicação da penalidade de rescisão contratual ou suspensão repercutirá sobre todos os demais atos pertencentes ao mesmo contratante;

9.2.11 O Contrato será rescindido unilateralmente se a contratada ou qualquer de seus sócios forem condenados pelos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021; os crimes previstos na Lei Federal 8.137/1990; os crimes definidos na Lei Federal 8.429/92 e demais crimes contra a ordem pública;

9.2.12 Havendo suspensão contratual, será dado aviso com antecedência mínima de 30 dias corridos, nos termos do art. 599, § único do Código Civil - CC e art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que for melhor conveniente para a administração em manifesta observância ao poder de império da administração pública;

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO**

10.1 Constituirão motivos para extinção do contrato nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei federal nº 14.133/2021, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo:

10.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

10.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

10.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação.

10.1.4 A rescisão do contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, bem como na assunção do objeto do contrato pela CONTRATANTE na forma que a mesma determinar.

10.1.5 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. O gestor do contrato poderá exigir garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a vigência do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação.

11.2. A garantia de contrato caso seja exigida deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, contados da assinatura do contrato.

11.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação poderá ocorrer, no prazo máximo, até a data de assinatura do contrato.

11.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas dos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

15.1. Nos termos do previsto no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

15.1.1 Lei nº 14.133/21;

15.1.2 Lei Complementar nº 123/06;

15.1.3 Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

15.1.4 Código de Defesa do Consumidor;

15.1.5 Código Civil;

15.1.6 Código Penal;

15.1.7 Código Processo Civil;

15.1.8 Código Processo Penal;

15.1.9 Legislação trabalhista e previdenciária;

15.1.10 Estatuto da Criança e do Adolescente; e

15.1.11 Demais normas aplicáveis.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1 Fica eleito o Foro da CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Sento Sé - BA, xx de xxxxx de 20xx.

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTO SÉ-BA**  
**Ana Luiza Rodrigues da Silva Passos**  
**CONTRATANTE**

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADA**



# **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

## ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

### **ANEXO V**

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº xxx/2024**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO**

**TIPO – MENOR PREÇO POR ITEM**

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), \_\_\_\_\_(CNPJ Nº), sediada no  
(a) \_\_\_\_\_  
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no  
procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo público na Administração Pública do Município de Sento Sé/BA, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

### **ANEXO VI**

#### **DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS**

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº ....., com sede à .....,  
declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no  
presente processo licitatório pregão ELETRÔNICO nº xxx/2024, ciente da obrigatoriedade de declarar  
ocorrências posteriores.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



# **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

## ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

### **ANEXO VII**

#### **MODELO - Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº xxx/2024**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO**

**TIPO – MENOR PREÇO POR ITEM**

#### **DECLARAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR**

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara por aos devidos fins do disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

**Sim( )**

**Não ( )**

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

#### **ANEXO VIII**

**Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº xxx/2024**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO**

**TIPO – MENOR PREÇO POR ITEM**

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Pregão ELETRÔNICO nº xxx/2024, promovido pela PREFEITURA DE MUNICIPAL de SENTO SÉ, marcado para às xx:xx horas do dia xx/xx/2024, que a empresa (nome completo) – CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede (ou domicílio) no ( endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



# **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO  
CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000  
CNPJ: 13.692.736/0001-10

## ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

### **ANEXO IX**

#### **MODELO DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº xxx/2024**

**TIPO – MENOR PREÇO POR ITEM**

A Empresa.....(nome da empresa licitante)...., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

**Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.**

\_\_\_\_\_  
**(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).**



## **Prefeitura Municipal de Sento Sé**

PRAÇA DR. JUVENCIO ALVES, SN PREDIO

CENTRO - SENTO SÉ - BA CEP: 47350-000

CNPJ: 13.692.736/0001-10

### ***SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS***

#### **ANEXO X**

#### **MODELO DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº xxx/2024**

**TIPO – MENOR PREÇO POR ITEM**

A Empresa.....(nome da empresa licitante)...., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, previsto no art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.**

\_\_\_\_\_  
**(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).**